



A crise na educação escolar versus a formação do sujeito como intelectual

The school educational crisis versus the formative process of the subject as an intellectual

Rogério Rodrigues

Doutorado em Educação | UNIFEI | Itajubá | MG | Brasil

E-mail: rrunifei@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2657-7302>

Resumo:

O objetivo deste ensaio consiste em analisar criticamente a atual crise na educação presente nas escolas brasileiras e referente ao processo de formação do sujeito como intelectual. A justificativa deste tema se torna pertinente na atualidade, uma vez que o espaço da sala de aula se constitui, basicamente, pela lógica do mercado. Temos, portanto, a ampliação do elogio do sujeito empreendedor e uma depreciação do sujeito intelectual. O que prevalece é uma formação para o mercado que se prepara para o ambiente de Network, ou seja, o que é válido é ter visibilidade e ampliada rede de relacionamentos ou rede de contatos. Em termos metodológicos, para investigar este tema, trata-se de ampliarmos a escuta do problema educacional pelo viés da Filosofia da Educação, em que se busca desbanalizar o conceito de formação profissional para o mercado de trabalho. A pergunta central seria: como construir a formação do sujeito como intelectual na presença daqueles que se encontram indiferentes à cultura escolar? A nossa conclusão é que, numa sociedade do mercado, as redes sociais se apresentam como lugar intensamente fascinante na exposição das imagens e sons e, em grande parte, constituem o modo precário de o sujeito pensar o mundo.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Políticas Educacionais. Crise na Educação.

Abstract:

The goal of the following essay consists in critically analyzing the current crisis in education, that is present in Brazilian schools and refers to the formative process of the subject as an intellectual. The justification of this theme lies in the fact that it has become pertinent in current times once the classroom environment is basically constituted by marketplace logic. Therefore, we have the amplification of the commendation of the business person mentality and the depreciation of the intellectual subject. What prevails would be the formative process for the marketplace, which prepares an individual for a network environment; in other words: the valid aspects would be those related to visibility and to the amplification of this associates network in professional relationships, or simply a contact network. In methodological terms, to investigate this theme, it was necessary to seek the amplification of listening to educational issues, in which to seek the debanalization of the professional formative process concept to the marketplace. The central question would then be: how does one build the formative process of a subject as an intellectual, in the presence of individuals that are indifferent to school culture? Our conclusion is that: in a society of marketplace supremacy, social media networks present themselves as an intensely satisfying environment to the exposition of images and sounds, and, on a major scale, constitute the poor way in which the subjects think their world.

Keywords: Education. Teaching. Educational Politics. Educational Crisis.

O período neoliberal do capitalismo tende a mudar a ligação, que ele deixa mais frouxa e mais leve, entre o diploma e o valor pessoal reconhecido socialmente. Esse título escolar e universitário, em uma época onde se declara que o saber é um produto “perecível”, e que as competências são, elas mesmas, objeto de uma “destruição criadora” permanente, tende a perder sua força simbólica. (LAVAL, 2004, p. 18).¹

1 INTRODUÇÃO: A DEPRECIAÇÃO DO SUJEITO INTELECTUAL NO CAMPO ESCOLAR

Toda vez que inicio algum curso em sala de aula ou no trabalho na escrita de texto para publicação em revista acadêmica, tenho como fio condutor da discussão a seguinte questão: na sociedade do mercado, em que prevalece o consumo pelo viés da intensa publicidade, como podemos pensar criticamente o mundo?

Vivemos cercados por um conjunto de imagens e sons que educam o nosso modo de olhar para o mundo circunscrito por aquilo que se pode denominar como sendo o “fetiche da mercadoria”. O fetiche é um conceito presente tanto na obra de Karl Marx como na de Sigmund Freud.

¹ Agradecimento aos alunos do curso de licenciatura e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). O referido artigo está relacionado ao projeto de pesquisa intitulado “As narrativas dos professores sobre os métodos de ensino e as tramas da crise na educação no ensino superior” registrado no setor de pesquisa (PVDI609-2025) da Universidade Federal de Itajubá.

Para ambos, o fetiche é a denominação dada a uma representação do objeto que estabelece outras formas diversas de relação com o sujeito que predomina a subordinação. Nesse caso, em termos de fetiche do desejo (Freud), a relação do sujeito com o objeto seria algo que possui determinações que subjagam o desejo ao objeto. Portanto, no caso de Freud, o fetiche se relaciona à ordem dos afetos quando uma coisa sem nenhuma conotação sexual passa a ser um elemento com um grande investimento libidinal. (Roudinesco; Plon, 1998, p. 235-7).

Para Marx, o fetiche da mercadoria se relaciona com diversos processos de transformação que tornam os objetos produtos como condição do consumo. Nesse aspecto, o modo de produção capitalista tende a transformar tudo em mercadoria, pois somente assim se torna possível a circulação de coisas. Inclusive o trabalho humano se torna mercadoria na expressão da força de trabalho, portanto “[...] a condição para que o dinheiro se transforme em capital é que o proprietário de dinheiro possa trocar dinheiro pela capacidade de trabalho de outrem, enquanto mercadoria” (Marx, 1983. p. 323).

No âmbito do conceito do fetiche (desejo e consumo), a escola se encontra pressionada a funcionar numa lógica que direciona o nosso desejo para o consumo na sociedade do mercado. No âmbito escolar, as questões didáticas e pedagógicas se encontram afetadas por essa condição em que o consumo ordena as relações dos sujeitos no campo da cultura, mais propriamente, os conteúdos e as formas de transmissão destes que se encontram constituídos para atender a sociedade do espetáculo das mercadorias.

Diante desse fato, fica a simples pergunta: como podemos enfrentar a crise na educação, tendo como pressuposto que ocorre a precarização do espaço de sala de aula na transmissão da cultura escolar que se encontra subordinada à lógica do mercado?

Cabe destacar que usamos o termo “pressuposto” ao dizer algo sobre a precarização da transmissão da cultura escolar, pois o que é justamente criticado seria a ausência de relacionamento do ensinar e apreender com a sociedade do mercado. Partimos do pressuposto de que essa crítica pode se apresentar como sendo o ponto mais favorável em termos de resistência ou nas outras formas de criticidade para pensar o mundo em que vivemos em ruptura com a sociedade de mercado.

As nossas reflexões em sala de aula ficam no entorno de algumas questões educacionais que buscam pensar criticamente o mundo, mais especificamente a crise na educação, que elogia a mídia publicitária e deprecia a cultura escolar (Meucci, 2024). A partir dessa condição, por um lado, há a representação midiática de que a escola não funciona e produz o efeito de desvalorização do trabalho em sala de aula que destitui as relações de ensino e aprendizagem.

Por outro lado, em nossa compreensão, aquilo que se apresenta como discurso de que a escola não funciona é justamente o contrário, ou seja, trata-se do próprio funcionamento da instituição escolar, que se encontra ordenada para resistir ou atender outras demandas para a reprodução do capital, em que o ensinar e aprender se circunscreve dentro do fato de que o:

[...] “novo paradigma” quer responsabilizar os cidadãos por seu dever de aprender. Neste sentido, mais do que uma resposta às necessidades de autonomia e de expansão pessoal, é uma obrigação de sobrevivência no mercado de trabalho que comanda essa forma pedagógica da existência. Assim, autodisciplina e auto-aprendizado se complementam. (Laval, 2004, p. 51).

Nessa imposição lógica de instituir a compreensão pedagógica do mercado no sujeito, a posição de autossuficiente em se realizar como sujeito se representa no conceito de competência que se pressupõe como caminho pedagógico e didático para se alcançar o sucesso.

Podemos encontrar, no espaço escolar, algumas contradições nas formas exercer essa hegemonia que se apresenta como resistência ao esforço da competência imposta em sala de aula. Isso seria toda reação dos sujeitos para escapar desse fatalismo presente no imaginário social de que a escola deve profissionalizar para o trabalho. Isso pode ocorrer na atuação dedicada dos sujeitos à simples e, simultaneamente, complexa leitura e aos exercícios que se propõem para se pensar coletivamente o mundo sem se relacionar com as questões do mercado. Desse modo, o trabalho entra na escola como forma de pensar criticamente que o princípio científico funciona como cultura escolar. Este torna-se modo de preparação para o mundo do trabalho e escapa da redução tecnicista para o conhecimento amplo dos conceitos de se pensar o mundo.

Entretanto, na atualidade, o que prevalece, primordialmente, em nossa sociedade, são narrativas que poderiam ser inseridas na estrutura econômica. Inclusive a necessidade de estar conectado às redes sociais, como forma de trabalho pedagógico, denomina-se “inclusão digital”.

Compreendemos que essas proposições de inclusão se apresentam como outras diversidades para a reprodução do capital, em que o sujeito se insere numa lógica também reducionista, buscando a condição de estar popular nas redes sociais. Isso significa ter um universo ampliado de seguidores que condicionam o retorno financeiro das propagandas das marcas em diversos canais da internet. Tudo funciona numa lógica do consumo para a circulação de mercadorias.

A condição de possuir seguidores na publicidade de si mesmo é completamente contrária ao trabalho do pensamento crítico, uma vez que seria importante colocarmos em destaque a máxima de

Nietzsche, que diz: “Inimigos da verdade - Convicções são inimigos da verdade mais perigosos que as mentiras” (Nietzsche, 2000, p. 265).

Nas redes sociais, o que prevalece é o individualismo e, portanto, estamos no campo escolar diante do fenômeno de alienação de si mesmo no entendimento do real. Isso ocorre no mecanismo de subordinação do sujeito numa relação em que um manda e outro obedece (Chauí, 2016, p. 50). Esse mecanismo tem como efeito produzir, no imaginário estabelecido, a anulação do outro, primordialmente, nas redes sociais, em que o outro não aprende a cultura escolar em decorrência da ausência de obediência a uma inteligência superior.

Estamos diante da crise na educação e, para compreendê-la, trata-se de reafirmarmos aquilo que já apontamos anteriormente: que o não funcionamento da escola, que deveria ser compreendida no seu inverso, trata-se do seu funcionamento na lógica estabelecida que mantém todo o modelo de exploração para reprodução do capital.

Essa situação relacional de mandar e obedecer produz a condição de precarização do espaço escolar, que se apresenta no paradoxo da necessidade da audiência e na ausência de verdade e resulta na destituição do sujeito como intelectual. O grande problema é quando a política de governo para a escola é posicionar o sujeito como não pensante, uma vez que se propõe:

Seja como for, planejar não é uma preocupação na Seduc-SP, que aposta todas as fichas no controle tecnocrático do trabalho docente via plataformas e na imposição de material didático pasteurizado e ruim (os tais slides). No governo Tarcísio, subestimar a capacidade intelectual do professorado é ponto de partida (Cássio, 2024).

Nessa perspectiva de “subestimar a capacidade intelectual”, o espaço de sala de aula fica reduzido como lugar de conexão para a construção da informação, em que o sujeito busca apenas a presença institucional para constar no atendimento da norma estabelecida da frequência escolar, mas que se constitui em não se encontrar presente para aprender a cultura escolar.

O espaço escolar torna-se um lugar sem sentido na ampla concorrência em termos de informação quando se coloca em disputa o acesso que obtém nas redes sociais. A qualidade do espaço escolar é significada como o ambiente de Network, ou seja, o que é válido é ter visibilidade e ampliada rede de relacionamentos ou rede de contatos.

Essa lógica do mercado estabelecida pelas tecnologias digitais invade o espaço escolar e se apresenta como uma forma de expressão hegemônica que se impõe no processo formativo do sujeito não reflexivo para atender a demanda de mercado. Assim, podemos perguntar:

O desenvolvimento das tecnologias da informação e a individualização da relação com os saberes, não são tantos sinais de um inevitável declínio da forma escolar? O universo dos conhecimentos e o dos bens e serviços parecem se confundir a ponto de serem cada vez mais numerosos aqueles que não vêem mais razão de ser da autonomia dos campos de saber nem a significação tanto intelectual quanto política da separação entre o mundo escolar e o das empresas. Com a universalização da conexão mercantil dos indivíduos, parece chegada a época de um enfraquecimento das formas institucionais que acompanharam a construção dos espaços públicos e dos Estados-nações (Laval, 2004, p. XVIII).

A grande questão a ser enfrentada pela escola pública seria: como se opor à banalização da informação estabelecida nas redes sociais, apresentando e transmitindo o conteúdo escolar criticamente para todos os comuns que se encontram presentes em sala de aula para que se possam inserir no campo da cultura escolar?

Em busca da resposta dessa tarefa educativa, podemos encontrar algum sentido de colaborar com a experiência do sujeito ao pensar o mundo. Portanto, a partir dessa pergunta anterior, o conteúdo a ser apresentado e transmitido em sala de aula deveria se tornar algo interessante no âmbito escolar, no sentido de indicar outras perspectivas críticas para se pensar o mundo para além da informação que hegemoniza os seguidores nas redes sociais.

No caso específico dos cursos de licenciatura, deveríamos ter a responsabilidade em pensar a construção do sujeito como intelectual no modo peculiar das relações de ensino e aprendizagem. Portanto, o espaço escolar deveria ser um lugar em que se aprende novas linguagens para além do modo hegemônico que se impõe:

[...] a escola de hoje deveria superar a ideia de aula para ser uma escola de trabalho e laboratório. Lugar especializado em que as crianças encontram linguagens distintas e dedicando-se todos os dias [...]. A escola de formação de professores deveria também ser um lugar de trabalho e laboratório e não uma aula em que um sujeito dita um curso e os estudantes de licenciatura escutam e tomam nota para repetir o ensinamento [...]. (Tonucci, 2024).

Entretanto, ainda nas plataformas digitais de aprendizagem, o que prevalece, no espaço de sala de aula, seria uma cópia do modelo do ditado. Em sala de aula, o que era, antes, a cópia da lousa para o texto manuscrito no caderno de anotação se altera e, agora, apresenta-se na ação de fotografar a lição com os dispositivos de smartphones. Em ambas as condições, o sujeito fica preso numa repetição que não o lança para o pensamento crítico. Isso pode ser observado no final do curso, quando os sujeitos enviam o trabalho para avaliação e há a constatação da repetição precária daquilo que foi dito em sala de aula e, portanto, a ausência de interpretação da realidade.

Podemos asseverar que a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, no campo escolar, ainda ficam subordinados a uma relação de pensamento reduzido e aspectos superficiais

sobre a questão da crise na educação. Portanto, os textos escritos enviados se apresentam com narrativas destituídas de sentido e sem aprofundamento crítico na abordagem do tema em questão. Na leitura, torna-se possível identificar que não se busca aprofundar o tema em questão, o que resulta em banalizar as diversas contradições que se apresentam no tema proposto para o estudo.

Diante da identificação dessa resistência em querer pensar o mundo, insisto, durante o curso todo, que, em relação à questão da crise na educação, devemos evitar a superficialidade e, para tanto, partimos da proposição de Theodor W. Adorno, que escreveu o texto intitulado “Educação – para quê?” (Adorno, 1995, p. 139), em que afirma:

[...] a intenção não era discutir para que fins a educação ainda seria necessária, mas sim: para onde a educação deve conduzir? A intenção era tomar a questão do objetivo educacional em um sentido muito fundamental, ou seja, que uma tal discussão geral acerca do objetivo da educação tivesse preponderância frente à discussão dos diversos campos e veículos da educação. (Adorno, 1995, p. 140).

Essa simples pergunta do objetivo da educação possui resposta complexa para pensar criticamente o campo educacional, pois coloca em questão a finalidade da atividade educativa, que, muitas vezes, perde-se no entendimento de formação do sujeito crítico, que possa se inserir no campo da cultura escolar, e participativo pelo viés democrático.

Nesse aspecto, compreendemos que o ponto principal para o sujeito compreender a crise na educação seria pensar a si mesmo em seu processo formativo, de como se encontra afetado pelas condições de precarização em que ocorrem o ensino e a aprendizagem.

Compreendemos que o elemento primordial da precarização no campo escolar se apresenta na destituição da autoridade do sujeito como intelectual. Isso se torna ampliado pelo viés das plataformas digitais como lugar de construção de verdade perante o conhecimento, uma vez que:

A Pós-Verdade apresenta-se como tema atual, pois vivemos a intensificação no campo da transmissão de informações que se difundem por diversos tipos de mídia, sejam as tradicionais, com a televisiva, a radiofônica, a impressa, sejam as digitais, como as redes sociais, os aplicativos de mensagens instantâneas, entre outras. Essa trama de informações produz efeitos de verdade que atinge todas as instâncias, inclusive no campo da pesquisa como ethos de construção de verdade científica. (Rodrigues; Reis, 2022, p. 67).

Partimos do pressuposto de que a falta desse entendimento sobre a construção de verdade é determinante na formação dos sujeitos como intelectual. O papel da educação, no campo escolar, seria conduzir a esse entendimento sobre a representação da realidade.

A formação do sujeito como intelectual se estabelece no sentido de representar o mundo criticamente junto com o outro. Isso pode se encontrar diretamente relacionado com a questão da escuta em sala de aula. Em contraposição a essa situação, o que se observa, em sala de aula, é a perda da escuta e a ausência de interesse em pensar o mundo e em estar com o outro.

De modo geral, essa condição de perda de escuta resulta na destituição de sentido na formação do sujeito como intelectual. Isso se apresenta quando os sujeitos entram em sala de aula, mas paradoxalmente não estão presentes constituindo relações de vínculo uns com os outros nas formas do ensinar e aprender. Isso se caracteriza como a didática e pedagógica depreciação do sujeito intelectual no campo escolar.

2 O PROCESSO FORMATIVO DO SUJEITO COMO INTELECTUAL: A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ENFRENTAMENTO DA INDIFERENÇA PERANTE O OUTRO

Compreendemos que a formação do sujeito como intelectual se manifesta nas diversas formas relacionais de pensar o mundo criticamente com o outro. Aqui se apresenta o papel da educação escolar no enfrentamento da indiferença perante o outro no processo de formação do sujeito como intelectual.

O desapontamento da educação escolar se apresenta quando prevalecem as formas de isolamento dos sujeitos no campo escolar. Portanto, a anulação do pensamento crítico se apresenta como forma de expressão na imposição da hegemonia para a reprodução do capital. Assim, o neoliberalismo se apresenta como eficiente modelo social e econômico centrado no indivíduo que se impõe como forma discursiva de verdade. Nesse contexto,

[...] o neoliberalismo fragmentou o mundo do trabalho e a sociedade, deu ao mercado a chave da suposta racionalidade do mundo, fez da competição individual a condição da existência bem-sucedida, fortaleceu a ideologia da competência ou a divisão social entre os que supostamente sabem e devem mandar e os que não sabem e por isso devem obedecer [...]. (Chauí, 2016, p. 50).

A suposta competência do indivíduo se estabelece na lógica do mercado que favorece o isolamento do sujeito, motivado pelos aspectos organizacionais da instituição. Isso colabora com a perspectiva do sucesso pelo viés do esforço individual, que, embora possua uma condição de verdade, anula as relações coletivas do sujeito. Primordialmente, desautorizar o professor impõe às formas de coletividade outro modo de o sujeito existir em sala de aula.

Partimos do pressuposto de que o espaço escolar se constitui como lugar especial, onde ocorre o ato de encontro com o outro na presença do sujeito que se posiciona na autoridade de ser professor. O espaço de sala de aula funciona como dispositivo discursivo em que diversas narrativas se confrontam e, primordialmente, permitem algum nível de organização no entorno da cultura escolar pelo viés da coletividade.

Para a realização desse ato do ensinar e aprender, deve ocorrer o momento em que se apresenta o conteúdo escolar por meio do qual os sujeitos devem se concentrar para pensar o mundo.

Entretanto, o território de sala de aula se tornou um lugar de disputa entre outros dispositivos discursivos, que também apresentam o mundo com outras diversas narrativas, como, por exemplo, as mídias digitais. Elas destituem a capacidade reflexiva do sujeito numa pseudocriticidade que repete narrativas não reflexivas.

No campo das mídias digitais, o instante do acontecimento e as formas de divulgação possuem o intervalo de tempo que tende a zero, ou seja, o que acontece em qualquer lugar já pode ser divulgado nas redes sociais e produzir diversas formas de interpretações. Compreendemos que, no campo de disputa de verdade, há disputa de poder, em que a desinformação se impõe intencionalmente como representação da realidade (Rodrigues; Reis, 2022).

Desse modo, essas narrativas digitais de grupos opositores à democracia se apresentam como forma de vingança da ausência de formação política e cultural em nossa sociedade. A imposição de um modo hegemônico à construção de verdade passa pelo paradoxo da crítica conservadora e reacionária no sentido de anular, por completo, a criticidade no âmbito das contradições na realidade.

Numa suposição de resistência a essa contaminação, a sala de aula pode constituir, no entorno da cultura escolar, basicamente, duas saídas, que seriam: usar esses dispositivos digitais para discutir criticamente seus conteúdos; ou retirar o celular do ambiente de sala de aula. Na primeira opção, o risco é validar uma determinada forma hegemônica de pensar o mundo; e, na segunda, podemos ser alvo da implementação de processos judiciais. Entretanto, a justiça coloca em destaque a importância de manter o ambiente escolar em pleno funcionamento ao declarar que o:

[...] Juiz inicia sua sentença com a seguinte reflexão: “o autor é estudante. O demandado, professor. Neste contexto, já se deveria asseverar que o docente, jamais, traria algum abalo moral àquele ser que lhe foi confiado a aprender. Pelo contrário! O professor é o indivíduo vocacionado a tirar outro indivíduo das trevas da ignorância, da escuridão (alumno: sem luz), para as luzes do conhecimento, dignificando-o como pessoa que pensa e existe” (Tasca, 2023).

Por muito tempo, fiquei pensando se o ato de o aluno usar celular em sala de aula representa algum tipo de oposição ao ensino escolar como forma de resistência, mas o ponto central para se colocar em evidência é que esses atos não estabelecem qualquer vínculo com outro. O que se busca é somente conquistar a presença na sala num estado de plena solidão que se insere nas plataformas digitais. Isso se apresenta como verdadeiro paradoxo, pois se estabelece a conectividade com as redes sociais e simultaneamente a plena desconexão com o mundo real. A contradição se apresenta como solução em não ter que lidar com as dificuldades do mundo real e a ausência de compromisso com o mundo virtual, pois, em último caso, pode-se bloquear o outro, que não atende às suas expectativas relacionais.

Compreendo que, para esse tipo de sujeito, o estar em sala de aula se reduz a uma presença figurativa e, principalmente, utilizar a conexão da rede sem fio para utilizar seu equipamento no uso da internet. Portanto, a presença em sala de aula torna-se algo que pode colocar em evidência que, em momento algum, o isolamento do sujeito corresponde ao estar presente na aula.

Apesar de não ter uma resposta para esse modo de ser sujeito em sala de aula, pode-se constatar que o isolamento é algo que se repete como ato em todos os nossos encontros em sala de aula. Isso destaco como forma de repetição da indiferença perante a cultura escolar.

Diante desse fenômeno da indiferença em sala de aula, torna-se importante destacar que, no campo da teoria crítica, devemos pensar a formação do sujeito pelo viés democrático, pois podemos ter o outro lado que se constitui no paradoxo do sujeito crítico e participativo pelo viés reacionário e antidemocrático. Aqui se encontra o centro da questão do Adorno ao afirmar que:

A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. Justificá-la teria algo de monstruoso em vista de toda monstruosidade ocorrida (Adorno, 1995, p. 119).

No caso específico deste ensaio, a proposta é pensar dois elementos, que seriam: a falsa presença do sujeito em sala de aula, que condiz com a recusa para pensar o mundo, ou a ausência de vínculo com o outro. Esses dois pontos se apresentam como centrais dos processos deformativos na constituição da consciência alienada do mundo. Isso seria algo com que devemos lidar no campo escolar como forma de manifestação daquilo que podemos denominar como crise na educação.

Diante desse fato, torna-se necessário colocar em destaque a perda de sentido sobre a formação do professor intelectual como resultado da precarização do trabalho em sala de aula. Portanto, torna-se importante insistirmos em pensar o objetivo da educação no encontro em sala de aula, mais

propriamente, no trabalho da escrita, como forma de resposta radical à pergunta: “Educação para quê?” (Adorno, 1995).

Em resposta a esse questionamento sobre a crise na educação, deve-se compreender “[...] para onde a educação deve conduzir” (Adorno, 1995, p. 139) a formação dos sujeitos para a condição da vida social democrática.

Nesse contexto, ao entrar numa sala de aula ou iniciar a escrita, ambas as atividades têm em comum a transmissão de conceitos que possam conduzir o sujeito para formas diversas de compreensão do mundo em aspectos democráticos, civilizatórios e preservação do ambiente. Diríamos que isso se apresenta como uma forma de expressão dos resultados das discussões que permeiam a nossa atividade na formação dos futuros professores para atuarem em sala de aula como intelectuais.

Por muitos anos, venho atuando em sala de aula e escrevendo ensaios sobre esses apontamentos que possam indicar a formação do professor como intelectual. Na atualidade, em sala de aula, há personalidades que atuam pelo viés de aspectos irracionais, que se apresentam na indiferença perante os assuntos da cultura escolar no elemento central na transmissão dos conceitos.

A presença desses tipos de sujeitos que se recusam a pensar o mundo é o maior desafio educacional, pois as relações discursivas são completamente passivas e não possuem qualquer forma de questionamento sobre o assunto em discussão. O surgimento dessa personalidade que se torna indiferente perante a cultura escolar merece atenção, pois desqualifica a relação educativa em sala de aula. Isso tem se apresentado como a perda de sentido na formação do professor como intelectual.

Nesse sentido, o referido texto trata de colocar em evidência a questão do desapontamento referente à irracionalidade na formação em ser professor no espaço escolar e, principalmente, a perda de sentido na formação do professor como intelectual. Para pontuar esse problema educacional, torna-se oportuno destacar que esses alunos indiferentes perante a cultura escolar não realizam as leituras propostas para os encontros em sala de aula.

Em oposição a esse modo de existir em sala de aula, podemos constatar que se produz uma ampliação de exigências que impedem a ação educativa. Quando se determina uma ação em sala de aula, isso pode se caracterizar como uma intervenção que produz diversas reclamações e que irão para espaços institucionais que acolhem essa demanda para uma possível investigação administrativa.

Para esclarecer sobre esses mecanismos administrativos de investigação, torna-se oportuno dizer que, em comemoração ao dia de professor, em algumas instituições de ensino, de forma repetitiva, por meio de diversos comunicados, via e-mail institucional, convida-se o público em geral

a utilizar a ouvidoria para escrever uma mensagem de agradecimento para o homenagear o trabalho do professor. Aqui, sinaliza-se uma ambivalência, pois essa mesma ouvidoria serve também para que os alunos reclamem e denunciem os professores que, no exercício da atividade docente, exigem dos alunos a realização de determinadas tarefas.

No âmbito da atividade docente, tivemos um relato dessa ocorrência de denúncia esdrúxula referente ao trabalho docente que ocorreu quando um colega disse que, para confirmar que os alunos tivessem aprendido o conteúdo, resolveu fazer uma atividade de “chamada oral”. Nessa atividade avaliativa, cada aluno individualmente deveria responder oralmente às perguntas da prova. Os alunos se sentiram incomodados com o referido “assédio” e recorreram, em discórdia com essa ação educativa, na ouvidoria. O referido professor teve que lidar diretamente com essa situação ao ser impedido de responder um processo administrativo para esclarecer sua ação pedagógica.

Diante disso, fica evidente que a ouvidoria, em aspectos administrativos, funciona como escuta de algo que não faz parte da função de controle. Além disso, em muitos casos, pode instaurar processos administrativos para investigar certas casualidades que, muitas vezes, poder-se-ia resolver em ambiente de sala de aula de maneira conciliativa entre aqueles que se encontram afetados.

Por falar em afeto, não posso deixar de dizer que, ao pedir para os alunos realizarem o trabalho escolar acadêmico, tive como reclamação que “não sou afetuoso”. Isso não virou um processo administrativo, pois não foi possível dialogar que não existia consistência nesse tipo de argumento. Entretanto, temos o conhecimento de que esses elementos da irracionalidade administrativa se apresentam em nosso cotidiano escolar como forma de controle que têm se apresentado em ações corriqueiras e, portanto, devem ser tratados com cautela em termos de análise no âmbito escolar.

No entanto, são essas questões educacionais que constituem nossa abordagem metodológica para a referida investigação sobre a crise na educação no âmbito escolar, que evidencia a destituição da autoridade do sujeito na realização da ação educativa.

Podemos afirmar que, de modo geral, essas ocorrências irracionais se apresentam na indiferença e na intolerância em sala de aula, que geram enormes desgastes relacionais entre os sujeitos e culminam numa irracionalidade entre os sujeitos no espaço escolar. Denominamos esse fato como manifestação da crise na educação, em que abordamos, por diversas entradas, a discussão sobre a construção desse fenômeno no campo escolar.

Em todas as disciplinas ou na escrita de texto, temos como objetivo principal pensar a formação dos futuros professores do curso de licenciatura, em que se busca abordar uma forma específica de pensar a referida crise na educação. Entretanto, observa-se que a demanda discursiva

em sala de aula não avança em pensar os problemas educacionais no campo das relações de ensino e aprendizagem. Vive-se, em sala de aula, a hegemonia das técnicas de ensino que determinam os aspectos instrumentais para a atividade educativa, destituindo, por completo, a posição do intelectual no campo escolar.

5 CONCLUSÃO - O TRABALHO EM SALA DE AULA COMO UMA TROCA DE EXPERIÊNCIAS PARA SE PENSAR O MUNDO

A implementação das tecnologias de ensino que se popularizaram na educação escolar, que foi impulsionada pelo confinamento no período da pandemia (2020 até 2021), instituiu a distância e, primordialmente, colocou em evidência outras diversas barreiras que atualmente ocorrem no espaço de sala de aula. Pode-se observar que a aula presencial ficou diferente na pós-pandemia, pois foi deslocada para interfaces contaminadas pelas relações estabelecidas nas redes sociais. A pandemia alterou o modo de os sujeitos compreenderem o espaço escolar, ao que se pode analisar

[...] em três momentos críticos: distanciamento social estrito e consequente fechamento de escolas, retomada de atividades não essenciais, mas com a permanência do ensino remoto e finalmente a reabertura das escolas (Losso; Reis; Rodrigues, 2023, p. 193).

Torna-se importante destacar que, na reabertura das escolas, vivemos atualmente uma ampliada alteração no distanciamento social no interior da sala de aula em que os sujeitos ficam no paradoxo de estarem próximos e, simultaneamente, distantes do outro. Ao entrar em sala de aula, torna-se evidente que os sujeitos preferem se conectar às redes sociais ao conversar com o outro que se encontra ao lado. Estar com o outro na sala de aula é algo do passado, uma vez que prevalecem as conexões virtuais.

Essa condição de distanciamento apresenta-se na destituição do vínculo com o outro e isso transparece numa sociedade que se centra em aspectos individuais como forma de ser sujeito. Esse modo individualista ocorre no cotidiano de sala de aula em ações simples no modo organizado de estar presente.

Atualmente, podemos observar que, nesta hegemonia estabelecida de conectividade das redes sociais, torna-se possível constatar que a maioria dos sujeitos, ao entrar no espaço de sala de aula, senta-se em seus lugares e em vez de estabelecer um diálogo com o outro; realiza a opção de se fechar em si mesmo ao colocar fones de ouvidos e ligar o smartphone em algum aplicativo de som e imagem.

Esses sujeitos ficam, o tempo todo da aula, isolados, com a cabeça baixa e sem estabelecer nenhum contato visual. Ao final da aula, retiram seus fones, levantam-se e vão embora como se estivessem supostamente presente em sala de aula. O que chama a atenção nessa conduta de isolamento é a completa frieza na falta de relação com o espaço escolar. Fica a pergunta: por qual motivo há ausência de interesse na escuta das narrativas que ocorrem em sala de aula?

Apesar de todo esforço em realizar a apresentação do conteúdo e sua transmissão, quando da leitura da avaliação institucional do curso ministrado, há uma completa distorção da realidade que ocorre em sala de aula. A narrativa que se encontra registrada em aspecto avaliativo se apresenta cínica, pois o relato por parte dos alunos não assume a ausência de participação em sala de aula. O cinismo se expressa no seguinte registro:

Embora tenha uma boa bagagem de conhecimento, as aulas do professor são extremamente confusas e se tornam desinteressantes. Até tenta fazer perguntas e comentários provocativos para conquistar a atenção da turma, mas é difícil expor qualquer pensamento a respeito do conteúdo, visto que não conseguimos formar uma linha de raciocínio com o conteúdo. (UNIFEI, 2024).

A questão central é que o sujeito não está disposto a escutar a discussão ou trocar alguma experiência de vida pelo simples motivo que se encontra completamente distante das relações educativas realizadas em sala de aula. O sujeito se encontra fascinado no uso do smartphone em sala de aula, em que o outro não existe. Aqui se apresenta o eixo da nossa discussão que se conjuga com outros dois mecanismos, que seriam: ausência de estudo no tema da aula e a necessidade do ponto para copiar.

A partir dessa perspectiva, há a tentativa de responder à seguinte pergunta: como construir a formação do sujeito como intelectual na presença daqueles que se encontram indiferentes com a cultura escolar? A combinação da ausência de diálogo e troca de experiência no hábito de uso das redes sociais formam, em conjunto, o efeito de produzir em sala sujeitos silenciosos. Isso se apresenta como tipo de formação em que os sujeitos que ficam destituídos de forma de pensamento crítico e com o olhar distraído para estabelecer qualquer forma de discussão do tema da aula. Isso se caracteriza como crise na educação escolar nos desapontamentos sobre a formação do sujeito como intelectual.

Podemos constatar que, na ausência de diálogo ou da troca de experiência, o campo escolar se encontra atravessado por diversas narrativas das redes sociais que, em grande parte, realizam, de modo superficial, a condição de pensar o mundo. Isso se apresenta como sendo a depreciação dos

processos formativos na perda de sentido e na redução da escuta como elemento primordial na formação do professor como intelectual.

O sujeito presente em sala de aula deixa de escutar as discussões e se recusa a pensar o mundo como algo interessante para o estudo. As narrativas das redes sociais tornam os sujeitos passivos, uma vez que se encontram destituídos da ação do pensamento crítico como a realização do sujeito como intelectual na forma de representação do mundo.

A recusa da escuta e do pensamento crítico se constitui na hegemonia que vivemos na sociedade brasileira, principalmente, no enfraquecimento do vínculo com o outro. Isso constitui a depreciação do trabalho em sala de aula como resultado da perda de sentido na formação do professor como intelectual e prevalece a banalização no modo de pensar o mundo. Essa redução da condição crítica e o paradoxo do empoderamento discursivo se pautam numa crítica constituída de uma visão distorcida do mundo. Esses sujeitos se permitem fortalecer o suposto saber autossuficiente produzido pelas redes sociais, que estabelece uma hegemonia em que:

[...] não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. [...] Em uma palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem (Chauí, 2016, p. 187).

Por outro lado, a atuação do sujeito em sala de aula deveria se pautar pelas interações que se realizam no campo da cultura escolar como modo intelectual de compreender o mundo. Aqui se apresenta o problema educacional, pois como se pode inverter essa condição de banalização presente em sala de aula no modo de os sujeitos pensarem o mundo para a condição crítica que se pauta no campo da cultura escolar?

A importância desse tema referente à formação do intelectual para discussão no campo educacional se torna pertinente na atualidade, uma vez que, no cotidiano escolar, a crise presente no espaço da sala de aula se constitui basicamente pela lógica do mercado. Temos, em sala de aula, a ampliação do elogio do sujeito empreendedor e uma depreciação do sujeito intelectual. Nessa polaridade, ocorre a suposta presença de sujeitos em sala de aula, destituídos do trabalho de reflexão crítica sobre a dinâmica do real.

Nas escolas, prevalece a hegemonia de sujeitos alienados no paradoxo de amplamente conectados nas redes sociais para obterem informações que se apresentam numa mistura de

narrativas, imagens e sons e, simultaneamente, desconectados com o mundo real na indiferença perante a cultura escolar. Como já afirmamos anteriormente, o que prevalece é a formação do sujeito para atender a lógica do mercado. O espaço de sala de aula orbita na organização do trabalho escolar como algo que se prepara no uso das redes sociais e isso condiz com a prevalência, na escola, do ambiente de Network.

A partir dessa perspectiva, tivemos como fio condutor deste ensaio a tentativa de analisar a formação do sujeito como intelectual na presença daqueles que se encontram indiferentes com a cultura escolar. A nossa conclusão é que, numa sociedade do espetáculo, as redes sociais são um lugar intensamente fascinante na exposição das imagens e sons e que realizam a tarefa educativa de modo precário ao pensar o mundo.

Nesse aspecto, ocorre uma educação para a perda dos sentidos, em que os sujeitos presentes em sala de aula deixam de escutar as discussões no campo da cultura escolar e se recusam a pensar o mundo como algo interessante para o estudo. As narrativas das redes sociais tornam os sujeitos passivos, uma vez que se destituem da ação do pensamento crítico no impedimento do sujeito como intelectual na representação do mundo.

Compreendemos que a recusa da escuta do outro constitui uma alienação na hegemonia do capital, em que vivemos a perda de sentido para se pensar as relações com o mundo. Isso se dá principalmente no enfraquecimento dos vínculos com a cultura escolar, na depreciação do trabalho em sala de aula. Nessa condição, identifica-se a perda de sentido na formação do sujeito como intelectual, que tem como resultado a banalização no modo superficial de pensar o mundo.

A questão seria analisar a condição de resistência em sala de aula para formação do sujeito como intelectual. O ponto central seria a condição de resistência para constituir a sala de aula como lugar de troca de experiência para pensar o mundo. Para tanto, a cultura escolar deverá funcionar como forma de resistência à lógica do mercado em termos de representação do mundo. Isso é a condição primordial para a constituição do processo formativo como condição da experiência de o sujeito ampliar a compreensão de sua existência junto com o outro na vida em sociedade – a posição do sujeito como intelectual.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CÁSSIO, Fernando. Nem amor à profissão resiste à rede paulista de ensino. *Jornal A Bigorna*. Disponível em: <https://www.jornalabigornaavare.com.br/page/noticia/nem-amor-a-profissao-resiste-a-rede-paulista-de-ensino>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CHAUI, Marilena. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOSSO, Mariela; REIS, Magali; RODRIGUES, Rogério. E depois de tudo isso? Consequências educacionais da pandemia para crianças no Brasil e na Argentina. In: KELLY, Roberta Ecleide de Oliveira Gomes & SILVA, Kelly Cristina Brandão da (orgs.). *Geração pandêmica?: reflexões sobre a infância e a adolescência em tempos de pandemia*. Curitiba: Appris, 2023.

MARX, Karl. Fragmento da versão primitiva da “contribuição à crítica da economia política” (1858). In: MARX, Karl. *Contribuições à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MEUCCI, Arthur. Educação e desrespeito: a degradação da escola pública como espetáculo dos meios de comunicação. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMS*, v. 29, n. 57, 9 ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RODRIGUES, Rogério & REIS, Magali. A pós-verdade e a (im)possível ruptura no campo da pesquisa educacional. In: REIS, Magali & RODRIGUES, Rogério. (Org). *Pós-Verdade e Educação*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EDUFSCAR), 2022.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

TASCA, Flóri Antônio. Justiça nega danos morais a aluno. *Jusbrasil*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/justica-nega-danos-morais-a-aluno/294121753>. Acesso em: 5 dez. 2023.

TONUCCI, Francesco. *Entre líneas, voces y experiencias: las infancias junto a Francesco Tonucci*. Rede Emíli@. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qztaedp2FdA>. Acesso em: 12 fev. 2024. (Tradução livre).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI. *Avaliação institucional*. Disponível em: <https://sigaa.unifei.edu.br/sigaa/logar.do?dispatch=logOff>. Acesso em: 21 fev. 2024.